

A EXPERIÊNCIA EXPEDICIONÁRIA DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XX

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

INTRODUÇÃO

A lógica do discurso militar português sobre si próprio, tal qual aquele que a sociedade civil portuguesa costuma produzir sobre as suas Forças Armadas, identifica-se com uma narrativa histórica e contemporânea em redor do tópos da impotência e da fragilidade: as Forças Armadas portuguesas estão subequipadas, sendo um fator inútil do poder nacional e/ou apenas cumprem os mínimos necessários para a credibilidade do país, dada a exiguidade, para não dizer a miséria, dos seus recursos humanos e materiais. De uma forma ou de outra, a narrativa sobre as capacidades das Forças Armadas portuguesas habita em redor dos arquétipos da vulnerabilidade e da fragilidade, com os militares a valorizarem o seu esforço em face da penúria dos meios e muito do discurso civil a interpelar a necessidade de se conservar uma força bélica quando ela própria reconhece as imensas dificuldades que tem para efetivamente cumprir as missões de que está incumbida¹.

A despeito de existirem, como é óbvio, vários fundamentos sólidos que sustentam esta narrativa, na realidade, e por paradoxal que possa parecer, toda a experiência bélica das Forças Armadas nacionais nos últimos cem anos, à exceção de algumas intervenções de carácter musculado e armado nas contendas internas – e muitos das vezes com militares em ambos os lados da barricada –, é não

só externa, como expedicionária, configurando-se efetivamente como uma projeção de poder militar nacional. Na realidade, as Forças Armadas portuguesas combateram os inimigos externos de Portugal em longínquos e, até em muitos casos, bem longínquos teatros de guerra e teatros de operações.

Na realidade, as Forças Armadas nacionais batem-se em longínquos campos de honra desde fins do século XIX. Primeiro com as campanhas de pacificação ultramarina, seguida pela intervenção na Grande Guerra, com “forças nacionais destacadas”², quer na frente francesa, quer nas colónias de Angola e Moçambique, passando pela Guerra de África de 1961 a 1974. Na atualidade, participando em numerosas operações de manutenção de paz, de resolução de paz e de imposição de paz, posteriores ao fim da Guerra Fria. Acrescem a estas ações de carácter expedicionário, outras, que no contexto de guerras internacionais, mas sem beligerância nacional, obrigaram à mobilização e à projeção de forças, o caso mais evidente, o da defesa dos Açores na II Guerra Mundial, que obrigou à deslocação, desde o continente, de cerca de 30.000 soldados, com vista a assegurar a soberania de Portugal nesse território.

Esta extraordinária contradição entre a narrativa da penúria e a realidade da projeção de forças militares para teatros operacionais longínquos, muitas

das vezes no quadro de situações de beligerância, merece uma reflexão, por breve que seja, e que o texto subsequentemente propõe dirimir. E essa explicação encontra-se no modo de Portugal agir no mundo. Ser ator no mundo implica participar ativamente na sua história, buscando acompanhar as linhas de força, que assegurando em simultâneo a independência de Portugal, tornem-no capaz de ter alguma influência na evolução do seu devir. O Estado português, ou quem o dirigia, ao longo do século XX, reconheceu que a melhor forma de assegurar a autonomia de Portugal residia na participação ativa do país no xadrez internacional, participando do jogo diplomático e do intercâmbio negocial que fazia avançar a história humana. Por sua vez, a relevância dos conflitos internacionais, ao longo do século XX, fez da força militar um dos instrumentos mais importantes da inserção de Portugal no sistema de Estados e na sociedade internacional, tornando as Forças Armadas uma das componentes da política externa do país. O primeiro capítulo demonstra o caráter expedicionário – a projeção de forças militares – da experiência militar portuguesa no século XX. O segundo descreve a relação entre a estratégia diplomática e a estratégia militar na consecução dos objetivos externos da política nacional, realçando assim as razões pelas quais as Forças Armadas portuguesas se tornaram forças basicamente expedicionárias ao longo do século XX. O terceiro capítulo demonstra como a capacidade expedicionária foi o resultado da habilidade nacional, diplomática e militar, em pôr ao serviço de Portugal e das suas Forças Armadas, meios externos que exponenciaram sinergicamente o potencial militar nacional e resolveram, sempre em parte, a penúria característica do poderio marcial português.

O CARÁTER EXPEDICIONÁRIO DA EXPERIÊNCIA MILITAR NACIONAL NO SÉCULO XX

Portugal participou em vários conflitos bélicos ao longo do século XX. Mas os campos de batalha

foram sempre muito distantes de Portugal (ou do Portugal metropolitano, nas colónias, nos tempos em que o país ainda dispunha de possessões territoriais em diversos continentes).

O primeiro grande conflito externo da I República foi a Grande Guerra. A despeito da entrada oficial de Portugal no conflito datar de 9 de março de 1916 (Brandão, 2002: 281), muito antes, já se tinham travado em África, alguns combates entre portugueses e alemães, quer em Angola, quer em Moçambique. Para Angola foram enviadas em 1914 e em 1915 duas expedições num total de 10.435 efetivos (Fraga, 2010: 133).

O mesmo aconteceu no que se refere a Moçambique. Em 1914 foi enviada a primeira expedição sob o comando do Coronel Massano de Amorim, com 1.540 efetivos, seguida em 1915 de uma segunda expedição sob o comando do Coronel Moura Mendes com 1.584 soldados. Esta segunda expedição ocupou o disputado território do Quionga e tentou atravessar o rio Rovuma em direção à África Ocidental alemã, sem sucesso. Em 1916, uma terceira expedição, bem mais pujante em meios humanos, com 4.642 expedicionários, tentou conquistar partes do Tanganica, sem sucesso. O seu fracasso legitimou a invasão alemã do território de Moçambique em novembro de 1917. Novas expedições oriundas da metrópole foram enviadas, sem que conseguissem, mesmo com um maciço suporte militar direto britânico e sul-africano, travar o passo aos Askaris. Estes acabariam por evacuar o território, quando lhes conveio, e seria o fim da Grande Guerra na Europa a ditar o termo da aventura bélica das tropas de Lettow-Vorbeck³. No total, a Campanha de Moçambique na Grande Guerra fez levantar uma força de cerca de 20.000 expedicionários oriundos da metrópole (Pélissier, 1988: 390).

A declaração de guerra permitiu a Portugal o envio de uma força maciça para a Flandres. Durante o ano de 1917 o Corpo Expedicionário Português (CEP) crescerá até formar um Corpo de Exército,

com duas divisões, com cerca de 56.000 efetivos mobilizados, a sua máxima potência demográfica (Marques, 2008: 37-38). A dificuldade em assegurar a rotação dos efetivos, dadas as dificuldades crescentes com os transportes e o inverno, assim como as operações de combate, apesar de a frente ser, à altura, até das menos virulentas, diminuiram progressivamente o número de efetivos que se encontravam na linha da frente. À altura da denominada Batalha de La Lys, as forças militares portuguesas estavam reduzidas a uma divisão reforçada, mas efetivamente, com o quadro real de efetivos bem abaixo da sua dimensão nominal, cerca de 25.000 homens. Cerca de 7.000 homens seriam perdidos entre mortos e desaparecidos no trágico 9 de abril de 1918, deixando a capacidade combativa do CEP altíssimamente diminuída (Henriques e Leitão, 2000: 54 e 79). Em novembro de 1918, alguns poucos batalhões, uns poucos milhares de homens do CEP, participavam em operações de combate integrados em grandes unidades britânicas. No total, entre 1914 e 1918, cerca de 90.000 soldados portugueses foram projetados para operações de combate em África ou na Flandres contra os alemães. Todos eles combateram longe da terra de origem e longe de Portugal metropolitano⁴. Portugal só voltaria a entrar em guerra efetiva em 1961, com a eclosão da sublevação armada em Angola contra o domínio português. Entre 1961 e 1974 Portugal mobilizaria mais de 800.000 soldados. Os efetivos mobilizados nas colónias portuguesas, conhecidas desde 1951 como Províncias Ultramarinas⁵, aumentaram paulatinamente. Em 1973, Portugal dispunha de umas forças militares com 200.000 efetivos, cerca de 32.000 estavam na Guiné-Bissau, cerca de 65.000 em Angola e cerca de 52.000 em Moçambique (Bacelar, 2000: 132-137). Nem todos eram de recrutamento metropolitano, metade resultava da, à altura denominada, africanização (Cann, 1998: 133-149), engendrada pela mobilização de elementos africanos nas diversas Províncias Ultramarinas. A Guerra de África

exigiu um enorme esforço de mobilização, quer de meios humanos, quer de recursos materiais, quer de sustentabilidade logística, dada a distância que era necessário percorrer entre as bases metropolitanas e as colónias africanas. As operações de combate eram feitas em território sob soberania nacional, inequivocamente, mas na realidade, as forças empenhadas, em geral, não só vinham de um território bem longínquo do espaço aonde iam combater, como dependia de uma linha vital de suporte e abastecimento, de alguns milhares de quilómetros. Tratavam-se efetivamente de forças expedicionárias.

O termo da Guerra Fria não trouxe a paz universal. “Novas guerras”, dizem alguns, eclodiram (Muenkler, 2010: 190-199). Portugal, no quadro multilateral internacional, passou a integrar missões militares da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte - NATO (OTAN), ou mais recentemente, da União Europeia (UE-EU). Entre 1992 e 2013 mais de 30.000 militares portugueses participaram em diversas missões militares em países tão diferentes como a Bósnia e o Kosovo, o Líbano e o Afeganistão, o Congo e Timor-Leste, para dizer aquelas em que a possibilidade de ações de combate foi ou é mais evidente. Pode-se ainda referir ações navais ao largo da Somália ou no Mar Mediterrâneo⁶.

A terminologia militar portuguesa distingue, em duas modalidades, a ação externa das Forças Armadas: as “forças nacionais destacadas” que correspondem a todo o tipo de missões que elementos militares, de qualquer dos ramos, façam no exterior e a “cooperação técnico-militar”, a cooperação efetuada, em geral, com os Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da formação militar. A despeito de não se poder comparar, de um ponto de vista do nível de perigosidade, as missões das “forças nacionais destacadas” com as que incumbiram às Forças Armadas portuguesas durante a Grande Guerra ou a Guerra de África, os riscos que envolvem a sua ação são muito concretos e consist-

entes, dado que na grande maioria dos casos os militares operam em zonas onde há ou teria havido, pouco tempo antes, situações de conflitualidade armada, agindo por conseguinte, muitas das vezes, no contexto daquilo a que se denomina hoje de gestão de crises (Santos, 2012: 83-84). Portugal manteve o estatuto de neutralidade durante a II Guerra Mundial. Não obstante, o território nacional esteve sob o foco de diversas ameaças. Aquela que mais esforço exigiu da parte das Forças Armadas portuguesas, implicando, como réplica a ameaça que se desenhava, a mobilização de forças de defesa, foi a chamada “questão dos Açores”. Entre 1941 e 1943 Portugal projetou para os Açores cerca de 32.000 expedicionários, que partiram do continente. A “questão dos Açores” foi um dos maiores paradoxos da estratégia nacional. Era necessário dar credibilidade a capacidade nacional de evitar um golpe de mão alemão sobre as ilhas como meio para obstar à sua ocupação preventiva pelos aliados, que por sua vez, deveriam ser contidos, demonstrando-se, pelo esforço de defesa efetuado, a vontade nacional de manter a soberania efetiva sobre os Açores. A “questão dos Açores” é igualmente um bom ponto de partida para explicar o papel das Forças Armadas na política internacional de Portugal⁷.

A Inserção de Portugal no Sistema Internacional

A maneira como é lida, por muitos militares, hoje, a relação do país com as suas Forças Armadas e com a defesa nacional, em geral, é expressivamente exposta neste texto de um dos mais considerados oficiais gerais nacionais, o General José Loureiro dos Santos (2012: 98): “Historicamente, os responsáveis políticos portugueses desde o fim da Guerra da Restauração (1640-1668), nunca olharam para a defesa de Portugal com continuidade e de uma forma permanente (...). (...). Quando surgiam ameaças que era indispensável enfrentar, faziam-se esforços enormes, para por um lado, conseguir a

ajuda de aliados e, por outro, para os convencer a enviarem-nos armas e equipamentos, quadros e no topo um general que os organizasse e comandasse os militares e fosse capaz de concretizar uma resposta eficaz a quem nos atacava”.

Este discurso exprime e espelha a narrativa clássica dos chefes militares nacionais face ao poder político ao longo dos últimos dois séculos da história nacional, explicando a impreparação e a falta de prontidão das Forças Armadas para enfrentar as ameaças e as guerras com que Portugal se depara. Claro que poder-se-ia falar basicamente de um discurso que não espelharia a realidade. Não obstante, uma análise comparativa e equitativa do equipamento bélico das Forças Armadas portuguesas com o das suas congéneres europeias mais avançadas demonstraria à saciedade as debilidades materiais das primeiras. Na realidade, e salvo aqui e ali, alguma exceção, os sistemas de armas das Forças Armadas portuguesas, ao longo do século XX, estiveram sempre uma ou duas gerações, se não mais, atrás daquele que era usado pelos países mais avançados.

Assim sendo, como explicar a capacidade de Portugal não só travar guerras externas e intervenções armadas a longas e muito longas distâncias, como de o fazer em contextos em que participavam as principais potências bélicas mundiais. Ironicamente o general Loureiro dos Santos já respondia em parte à interpelação que aqui se põe, ao relevar o papel do suporte externo ao nosso esforço bélico.

O modo como o país superou as suas debilidades, de sempre estar-se-ia tentado a dizer, é expressivamente ilustrada nesta frase do então Embaixador de Portugal em Londres, Pedro Teotónio Pereira, dita numa longa carta que ele enviava ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar: “Portugal (...), [coloca] os seus interesses no plano das relações mundiais”⁸.

A estratégia política de inserção de Portugal no sistema internacional, na “sociedade internacional”⁹, desde a I República, caracterizou-se por procurar

fazer parte da rede de relações internacional que mais convinha aos interesses e propósitos do país em cada momento. Esta linha de ação implicava, por parte daqueles governantes que tinham a responsabilidade da condução da política externa nacional, um ativo movimento de inserção de Portugal no sistema internacional. E é neste quadro que paulatinamente é enquadrado o papel das Forças Armadas portuguesas: as Forças Armadas são uma das componentes da inserção de Portugal na sociedade internacional, resultando desse propósito que a sua ação tem, por via dessa lógica, de ser efetuada em teatros de guerra exteriores ao país quando necessário. O país tem efetivamente de projetar poder militar para adquirir visibilidade. A intervenção militar na I Guerra Mundial resulta da busca, por parte da elite radical que governava a República, e na linha de um processo anterior à conflagração, de reinserção de Portugal, em situação de ampla independência e de acrescida segurança, no sistema internacional, o que implicava um reatamento, em maior paridade estratégica, da aliança com a Grã-Bretanha e uma maior aproximação à França. É nesse quadro que é pensado, desenvolvido e criado o CEP. Adicionalmente, a cooperação bem-sucedida com a Grã-Bretanha, na ocupação do África Oriental alemã, não só permitiria aumentar o território de Moçambique, como avolumar o prestígio nacional em África¹⁰. Afonso Costa afirmava numa das sessões secretas de julho de 1917 que a beligerância tinha como grande fito o robustecimento da aliança, “a afirmação honrosa da nossa autonomia, da nossa independência . . .”, estando em guerra “por motivos próprios, como nação independente e em pé de igualdade com as outras nações!” (Mira: 60-61). Afonso Costa reconheceria, face aos outros membros da delegação portuguesa à Conferência de Versalhes, e num desabafo contra a atitude da Grã-Bretanha, que “viemos para a guerra mais para lhe impormos a nossa independência do que para obtermos a sua proteção”¹¹. O fiasco das operações

militares e da voluntariosa mas pouco ponderada política de guerra dos governos da “União Sagrada” não ilegítima a racionalidade por ela desenvolvida sobre a postura de Portugal no sistema internacional de Estados.

Esta política, de ativa inserção de Portugal na sociedade internacional, será seguida por todos os outros regimes portugueses posteriores. A Guerra de África tem características algo diferentes, dado ser uma afirmação nacional de resistência às exigências da mudança que a sociedade internacional desenrolava nos anos 50 e 60, tendente à descolonização da Ásia e da África. Mas mesmo neste quadro, e a carta, citada anteriormente, de Pedro Teotónio Pereira a Salazar já se pode inserir neste linha de ação, Portugal tentou enquadrar-se internacionalmente num tablado que facilitasse e favorecesse a sua resistência, e lhe garantisse a maior rede de apoio possível, e uma sólida base de retaguarda (externa), para assegurar a perduração do seu propósito político. A busca de apoio em países como a França e a Alemanha Ocidental, a maior ligação à África do Sul e à Rodésia branca, a instrumentalização da ONU como meio para a propaganda nacional e de negociação com os novos países africanos, fronteiras das nossas denominadas Províncias Ultramarinas, tudo isto, evidencia uma estratégia político-diplomática que visava virtualizar a nosso favor aqueles elementos da sociedade internacional que mais nos convinham para alcançar os propósitos do país, mitigando ainda os efeitos daqueles que nos eram particularmente negativos. Também aqui, a projeção das Forças Armadas para as províncias ultramarinas eram um dos elementos de uma mais ampla manobra estratégica de reação e de resistência aos “ventos da história” que tinha por fito a perdurabilidade de Portugal do Minho a Timor (Guerra, 1994: 62-77)¹².

As intervenções de caráter humanitário e de manutenção/resolução/imposição de paz efetuadas pelas Forças Armadas portuguesas encaixam-se

luzidamente na lógica de inserir Portugal no sistema internacional, reforçando a sua visibilidade no exterior e dinamizando a sua margem de manobra face aos parceiros externos. Veja-se o que diz o recente Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013:

“As políticas de segurança e defesa são orientadas pela promoção dos interesses nacionais: pela afirmação da presença de Portugal no mundo e pela consolidação das suas alianças internacionais; pela defesa da reputação e da credibilidade externa de Portugal; (. . .); pela contribuição para a promoção da paz e da segurança humana, com base no primado do direito internacional.” (CEDN, 2013: 1987)

Ela é clarivamente expressa na letra da lei ao subordinar a ação bélica das Forças Armadas à política externa de Portugal e em consequência, ao desenvolvimento da ação daquelas no contexto de inserção do país na sociedade internacional, como “coprodutor de segurança internacional” (CEDN, 2013: 1982). E esta linha de condução do binómio política externa – utilização do instrumento armado nacional é clarissimamente visível ao subordinar todas as intervenções militares nacionais no quadro das organizações internacionais e das redes de relações de que Portugal é membro: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e em acordo com uma estratégia de segurança cooperativa (CEDN, 2013: 1982).

Esta ótica foi, de há muito, propugnada pelo ex-Ministro da Defesa Nuno Severiano Teixeira, curiosamente, um historiador que se doutorou com uma dissertação sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra (Teixeira, 1996), e que considera que deixou de fazer sentido uma organização da defesa nacional em torno de uma “lógica de fortaleza” centrada na integridade do território nacional, em virtude cada vez mais densa interpenetração e interdependência entre as diversas nações no

contexto internacional, que faz com que, no caso dos pequenos e médios Estados, sejam as alianças, sustentadas em instituições multilaterais, o garante da sua autonomia (Teixeira, 2009: 97-98). E continuando, observa que a capacidade de participação internacional das Forças Armadas portuguesas surge como um dos componentes do poder do Estado onde “a soberania nacional ainda é maior” (Teixeira, 2009: 281). Para Nuno Severiano Teixeira, em suma, as modernas Forças Armadas portuguesas deveriam passar a ter uma base expedicionária (Teixeira, 2009: 285).

Os próprios militares portugueses, de há muito tinham assumido que a capacidade de Portugal integrar a sociedade internacional, e de com isso o país ver reforçada a sua capacidade de responder aos desafios que o mundo lhe punha e assegurar a sua independência, era um movimento estratégico fundamental. E neste quadro, a capacidade de os militares contribuírem, de algum modo, com o seu empenho, intervindo nas contendas internacionais, um dos elementos essenciais, incluso, até para justificar a necessidade de modernização das Forças Armadas.

Alguns dos oficiais, em geral republicanos, do Exército e da Armada eram entusiastas defensores da participação autónoma, e com elevada visibilidade, de Portugal na Grande Guerra, o que explica, em parte, as tensões engendradas, no quadro de oficiais do CEP, relativas às relações deste com a British Expeditionary Force (BEF) (Godinho, 2005: 178-179; Marques, 2004: 134-137).

Mas mesmo nos anos 30, e visando uma estratégia militar de duvidosa racionalidade, não se coibiu Santos Costa de argumentar com o sistema de relações da sociedade internacional em que Portugal se enquadrava e com a necessidade de desenvolver forças expedicionárias para legitimar a criação de um exército de massas no país:

“O seu autor, observando a lição da história, notou que através dos séculos a nação portuguesa teve na Europa um inimigo tradicional: a Espanha. (...)”

Deitando os olhos para o xadrez internacional deve ter notado que Gibraltar é um punhal espetado no orgulho espanhol, e que a Espanha (...) há-de estar sempre em oposição aos interesses vitais da Inglaterra, nossa tradicional aliada. (...). Conclusão lógica de todas estas premissas: necessidade para Portugal de ter organizado um exército de terra, tão grande quanto o permitem os seus recursos em homens, que seja capaz de resistir a todas as tentativas de violação (...), ou que possa cooperar com uma possível ação inglesa partida das costas da Galiza, das costas do Golfo de Cádiz (...).” (Costa, 1988: 59-60).

O argumento de Santos Costa é particularmente interessante, porquanto ele combina o contexto internacional e a rede de relações que enformam a situação geoestratégica nacional, assim como o papel que caberia às Forças Armadas nesse quadro, como base para justificar a sua perspetiva estratégico-militar de modernização e reorganização das Forças Armadas e do Exército em particular, julgando que com esta narrativa, convenceria os seus camaradas a aceitar o seu ponto de vista. Em suma, de que o binómio enquadramento internacional/política externa de Portugal – organização e missões das Forças Armadas, em particular das do Exército, era um bom fundamento para legitimar a sua proposta.

Obviamente, atualmente, a inexistência de resistência à visão expressa em letra de lei de que as Forças Armadas portuguesas servem a política externa portuguesa, demonstra como é consensual, na corporação castrense, esta perspetiva¹³. Ou seja, se os atores políticos, desde a República, sempre observaram o papel das Forças Armadas portuguesas como um instrumento de inserção de Portugal na sociedade internacional e nas redes de relacionamento mundiais, reforçando a capacidade do país em alcançar os seus objetivos e em manter a sua independência, os militares, na generalidade, não só por aceitarem em geral a sua subordinação ao poder político, mas por concordarem com esta

ótica, consideraram igualmente de máxima relevância a sua capacidade de intervirem no exterior, mesmo em teatros de guerra longínquos. Resta-nos tentar responder à questão de como é que umas Forças Armadas, em geral, com equipamentos bélicos antiquados ou obsoletos, conseguem participar ativamente, e em certos casos, com grande sucesso, em teatros de guerra modernos e em conflitos complexos.

DIPLOMACIA E FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS

A lógica política inerente ao desenvolvimento e mobilização de forças militares expedicionárias por Portugal explica em boa medida o seu sucesso ou fiasco. A política nacional ao encaixar e enquadrar a ação das forças militares expedicionárias portuguesas num quadro mais amplo, político e diplomático, assegura que as suas capacidades são de antemão reforçadas pelas negociações desenvolvidas e pelos acordos firmados com os aliados anteriormente à sua intervenção musculada. O que significa que ainda antes de o choque bélico acontecer são, em boa parte, colmatadas as debilidades que existiam nas capacidades militares nacionais, através do acréscimo de potencial marcial que os nossos aliados nos oferecem.

É a ação diplomática que reforça a nosso potencial bélico, por via, quer de condicionar os nossos potenciais inimigos na capacidade de desenvolver em plenitude o seu potencial de agressão, quer por reforçar as nossas fragilidades, mitigando as nossas vulnerabilidades.

A beligerância na Grande Guerra e a ação diplomática a montante da partida do CEP para a Flandres demonstram à sociedade esta leitura. O CEP só pode estacionar na Flandres e só pode crescer até ao nível de um corpo de exército porquanto a diplomacia nacional conseguiu extrair da Grã-Bretanha, jogando com as necessidades e as vontades desta e as da França (Telo, 2014: 15-18, 22-26), o equipamento necessário para

armar as forças expedicionárias portuguesas que foi fornecido localmente, argumentando igualmente os plenipotenciários nacionais com a vantagem logística e de interoperabilidade dos equipamentos entre as forças militares aliadas. Assim Portugal enviou o CEP para a Flandres equipando-o com o material moderno, em geral, usado pela Grã-Bretanha¹⁴. Dir-se-ia que a Guerra de África, entre 1961 e 1974, seria absolutamente diferente da situação em que o CEP esteve envolvido, dado o isolamento internacional a que supostamente Portugal foi submetido. Na verdade, este isolamento é muito menos real do que é habitualmente propalado, e tal como aconteceu com o CEP, o governo de Lisboa soube desenvolver um rede de relações exteriores que assegurou um suporte logístico externo, de cariz militar e bélico, ao esforço de guerra nacional nos teatros de operações africanos, nomeadamente com a França, com a Alemanha Ocidental e com a África do Sul e a Rodésia. Graças a estas relações e aos acordos produzidos à época, Portugal pode equipar-se para uma guerra de contrassubversão, recebendo nomeadamente, aviões de combate T6 e G91, fragatas e corvetas para operar em África e outro *know-how* naval, espingardas automáticas G3 e metralhadoras ligeiras MG3, a quase totalidade deste material bélico oriundo, ou da Alemanha Federal ou da França, assim como muito outro material com o qual pode armar o esforço expedicionário português (Bacelar, 2000: 140-150). Sem este suporte externo, as dificuldades materiais e as vulnerabilidades nacionais teriam sido bem mais complicadas para sustentar o esforço de guerra. A diplomacia nacional assegurou, assim, muitas das vezes, os meios pelos quais as Forças Armadas portuguesas poderem sustentar o seu esforço expedicionário e a sua capacidade de perdurar em campanhas militares prolongadas. A diplomacia nacional, através da negociação e da firmação de acordos de caráter técnico-militar possibilitou a participação ativa do país em operações militares em teatros de guerra exigentes e distantes do país,

fazendo das alianças um instrumento sinérgico do poderio militar nacional. O que significa, por sua vez, que a subordinação da missão e das funções das Forças Armadas nacionais aos propósitos políticos do Estado e à sua ação diplomática, no quadro da política externa, fazendo com que a experiência bélica dos militares portugueses seja essencialmente expedicionária, não só tenha assegurado uma maior visibilidade ao país em termos externos e internacionais, com o aumento da capacidade de Portugal em alcançar os propósitos por si considerados como desejáveis, possibilitando ainda uma muito maior eficácia qualitativa no manuseamento do poderio bélico nacional e na sua utilização estratégica efetiva.

Ao longo do século XX, Portugal não se situou no epicentro do embate geoestratégico, em geral, fixado na Europa central, mas a sua posição geográfica era de maior relevo para o duelo que se desenvolvia nesse espaço. Isso significou que, não estando Portugal, normalmente, diretamente ameaçado, fazia contudo parte relevante do jogo e do tablado geoestratégico internacional. Esta situação geográfica influenciou e influi na nossa política e estratégia diplomática e militar. Obriga Portugal a tomar uma posição no contexto do tablado do conflito, permitindo-nos extrair, se habilmente se manipular as peças que estão em jogo, concessões relevantes correlativas à relevância estratégica de país: é neste quadro que o binómio diplomacia-Forças Armadas ganha acuidade e se valoriza. O Estado português manuseou a ação externa das Forças Armadas como meio para adquirir diplomaticamente vantagens em termos internacionais. O envio de forças expedicionárias para teatros de operações ou teatros de guerra longínquos foi um vetor de reforço da posição internacional de Portugal, que a diplomacia tratava de tentar encarecer, com vista a reforçar a situação e a visibilidade do país no exterior, no processo assegurando igualmente que os meios militares fossem robustecidos com capacidades efetivamente modernas e pudessem cumprir eficazmente a sua função.

CONCLUSÃO

O discurso militar português sobre si próprio, assim como aquele que a sociedade civil portuguesa produz sobre as suas Forças Armadas, narra uma história em redor do tópos da impotência e da fragilidade, descrevendo umas Forças Armadas portuguesas subequipadas, sendo um fator inútil do poder nacional, dada a miséria dos seus recursos humanos e materiais.

Não obstante, Portugal participou em vários conflitos bélicos ao longo do século XX e os campos de batalha foram sempre muito distantes de Portugal ou do Portugal metropolitano. 56.000 soldados foram enviados para França, para a Flandres, em 1917, e cerca de um pouco mais de 30.000 foram remetidos para Angola e para Moçambique entre 1914 e 1918. Entre 1914 e 1918 Portugal mobilizou cerca de 90.000 militares expedicionários para diversos Teatros de Guerra longínquos do território de origem, o território nacional metropolitano. Quase 40.000 expedicionários foram mobilizados durante a II Guerra Mundial, o grosso, cerca de 32.000, foram enviados para as ilhas dos Açores, território nacional, é correto, mas a milhares de quilómetros da base de origem dos militares deslocados. Largas centenas de milhares de homens terão sido mobilizados para a Guerra de África entre 1961 e 1974, “campos de honra” bem longínquos do território metropolitano. Mais de 30.000 militares terão cumprido missões no exterior desde 1992 no âmbito das “forças nacionais destacadas” ou na “cooperação técnico-militar”.

A estratégia política de inserção de Portugal no sistema internacional, na sociedade internacional, desde o advento da República, visava uma ativa participação do país na rede de relações internacional que mais lhe convinha em cada momento. É neste quadro que foi e é enquadrado o papel das Forças Armadas portuguesas: as Forças Armadas são uma das componentes da inserção de Portugal no sistema internacional, pelo que a sua ação tem, por via dessa lógica, de ser efetuada em teatros de

guerra exteriores ao país e em situações de conflitos internacionais complexos. Ao longo do século XX Portugal combinou estrategicamente a ação diplomática e a ação militar em prol da sua inserção e da sua visibilidade no sistema internacional. A diplomacia nacional assegurou, por sua vez, os meios pelos quais as Forças Armadas portuguesas puderam sustentar o seu esforço expedicionário e a sua capacidade de perdurar em campanhas militares prolongadas. A diplomacia nacional, através da negociação e da firmação de acordos de caráter técnico-militar possibilitou a participação ativa do país em operações militares em teatros de guerra exigentes, sofisticados e distantes de Portugal, fazendo das alianças um instrumento sinérgico do poderio militar nacional, reforçando a visibilidade do país. Em consequência, reforçou a autonomia e a margem de manobra nacional, ampliando a liberdade de ação de Portugal e a capacidade de atingir os propósitos considerados como desejáveis e alcançáveis pelo Estado português. Eis os fundamentos sobre os quais se gerou a natureza expedicionária da experiência bélica nacional, e a sua capacidade de projetar forças militares, no século XX e no início do século XXI.

NOTAS

¹Seria fastidioso a reprodução dos milhares de textos onde este tópos aparece na literatura militar. Mais em baixo citaremos, arquetipalmente, um texto do General José Loureiro dos Santos que exemplifica à sociedade esta leitura da situação das Forças Armadas, ao longo dos séculos, na sociedade portuguesa.

²Usa-se deliberadamente o termo técnico atualmente aplicado às forças militares enviadas para missões no exterior. As forças militares enviadas para o estrangeiro (França) e para as colónias entre 1914 e 1918 tinham o caráter contemporâneo de "forças nacionais destacadas", quer nos propósitos, quer nas missões que lhes foram incumbidas.

³Para uma descrição da campanha de Moçambique entre 1914 e 1918, e como exemplo, veja-se Duarte (1998: 667-704) e Marques (2012).

⁴As forças expedicionárias originadas na metrópole, a Grande Guerra impôs o levantamento de cerca de 10.000 africanos que foram integrados no exército português como combatentes, aos quais se acrescem talvez, entre 60.000 a 120.000 outros utilizados como carregadores, ajuntando-se ainda a estes, guerreiros de tribos inimigas dos povos sublevados contra os portugueses, em diversas rebeliões que então ocorreram em Angola e Moçambique, e que podem chegar a cerca de 25.000 combatentes, e que foram usados para as derrotar (Meneses, 2014: 340). Estes cerca de 100.000 africanos mobilizados por Portugal nas suas colónias operaram ou em Angola ou em Moçambique. Assim, na prática, a Grande Guerra teria levado Portugal a levantar, no mínimo, cerca de 200.000 homens. A verdade é que estes dados são basicamente estimativas, sendo difícil ainda assegurar a sua precisão.

⁵Lei n.º 2048 de 11 de junho de 1951, *Diário do Governo*, Suplemento, I Série, N.º 117, pp. 407-412.

⁶Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), "Portuguese Armed Forces in the World", brochura digital, disponível em <http://www.emgfa.pt/documents/6cpnsvdg5x1.pdf>, consultada em 22 de agosto de 2013.

⁷Veja-se Duarte (2010: 190-195).

⁸Carta de Pedro Teotónio Pereira a Oliveira Salazar, cit. em Almeida (2008: 516).

⁹Usamos o termo no sentido dado a ele por Hedley Bull, de um sistema internacional fundado em interesses regulados por normas e instituições internacionais (Cravinho, 2006: 40-42).

¹⁰Ver Fraga (2010: 165, 176-181) e Telo (2010: 299-305), com uma perspetiva diferente da de Fraga.

¹¹Ata n.º 42 de 5 de maio de 1919, cit. em Cruz (2009: 276).

¹²Não deixa ser de interessante salientar que o conflito ultramarino contribui para o desenvolvimento de uma conceção muito lata e ampla de estratégia por parte dos pensadores estratégicos portugueses, militares e políticos (Fernandes, 2012: 144).

¹³É sintomático que um general tão crítico do atuação do poder político para com as Forças Armadas portuguesas, como é José Loureiro dos Santos (2012: 31-32), saliente a relevância para o país de ser um ator produtor de segurança internacional, com a incumbência que tal função impõe aos meios militares nacionais.

¹⁴Veja-se o memorando "Disposição para o emprego das forças portuguesas na zona britânica de operações em França", in *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II: As Negociações Diplomáticas e a Ação Militar na Europa e em África*, Doc. N.º 547, Lisboa, 29 de dezembro de 1916, p. 110, em que é claramente expresso que o "governo britânico fornecerá o material de toda a espécie de que Portugal careça, e que julgue necessário para completar o equipamento e armamento do Corpo Expedicionário Português".

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Miguel (2008). *Oliveira Salazar/Teotónio Pereira, Correspondência Política*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates/IHC.
- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: IDN/Edições Cosmos.
- Bacelar, Sérgio (2000). *A Guerra em África, 1961-1974, Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense D. Henrique.

- Brandão, Fernando de Castro (2002). *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra*. Rana: Atena.
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013), *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 67 de 5 de abril de 2013, pp. 1981-1995.
- Costa, Santos (1988). "Rearmamento do Exército", in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1951)*, 1.º Vol. S/ I.. pp. 56-81.
- Cravinho, João Gomes (2006). *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa, ICS.
- Cruz, Duarte Ivo (2009). *A Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz, 1918-1919. As Actas da Delegação Portuguesa*. S/ I.: FLAD.
- Duarte, António Paulo (2010). *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. Lisboa: ICS.
- Duarte, António Paulo (1988). "Esboço para uma Leitura Estratégica sobre a Campanha de Moçambique (1914-1918)", *Revista Militar*, N.º 8/9, agosto/setembro, pp. 667-704.
- Fernandes, António Horta (2012). "Cultura Estratégica em Portugal: A Escola Estratégica Portuguesa", *Revista Portuguesa de Ciência Política*, n.º 2, pp. 143-148.
- Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da Política de Guerra da 1ª República (1916-1918)*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Godinho, Vitorino Magalhães (2005). *Vitorino Henriques Godinho, Pátria e República*. Lisboa: Assembleia da República/Dom Quixote.
- Guerra, João Paulo (1994). *Memórias das Guerras Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Henriques, Mendo Castro e Leitão, António Rosas (2001). *La Lys, 1918, Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Prefácio.
- Marques, Isabel Pestana (2008). *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Marques, Isabel Pestana (2004). "As Memórias do General – Contributo Historiográfico", in Isabel Pestana Marques, *Memórias do General, 1915-1919, 'Os Meus Três Comandos' de Fernando Tamagnini*. Viseu: Fundação Martins Seixas, pp. 27-182.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2014), "O Império Português", in Robert Gewarth e Erez Menela (Org.), *Impérios em Guerra. 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 331-360.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II, As Negociações Diplomáticas e a Acção Militar na Europa e em África*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Mira, Ana (2002). *Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a Participação de Portugal na I Grande Guerra*. S/ I.: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- Munkler, Herfried (2010). "Old and New Wars", in Myriam Dunn Cavelty e Victor Maurer (Ed.), *The Routledge Handbook of Security Studies*. London: Routledge, pp. 190-199.
- Pélissier, René (1988). *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2 Vols.
- Santos, José Loureiro dos (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Teixeira, Nuno Severiano (2009). *Contributos para uma Política de Defesa*. Lisboa: Ed. Ministério da Defesa Nacional.
- Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, António José (2014). "Um Enquadramento Global para uma Guerra Global", *Nação e Defesa*, n.º 139, pp. 8-33.
- Telo, António José (2010-2011). *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença, 2 Vols.